

**A I Nº - 269439.0113/06-6**  
**AUTUADO - UNIVERSO DOS COSMÉTICOS LTDA**  
**AUTUANTE - RENATO REIS DINIZ DA SILVA**  
**ORIGEM - INFAZ ITABUNA**  
**INTERNET - 14/02/07**

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACORDÃO JJF Nº 0026-03/07**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento a título de antecipação parcial do ICMS, até o dia 25 do mês subsequente a entrada neste Estado, pelo contribuinte credenciado que adquirir para comercialização mercadorias não enquadradas na substituição tributária, em valor correspondente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual. Comprovado nos autos que parte do imposto já tinha sido recolhido e outra parte foi pago, intempestivamente, após o início da ação fiscal. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, foi lavrado em 30/01/06, exige ICMS no valor de R\$4.961,34, acrescido da multa de 60%, em razão da falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial com vencimento em 25/01/06, relativo a mercadorias consignadas nas notas fiscais de nºs. 1283, 1284 e 130165 relacionadas no Termo de Apreensão e Ocorrências, juntado à fl. 5.

O autuado, na defesa apresentada às fls. 21 a 23, inicialmente esclarece que é inscrito no cadastro normal e habilitado para fazer o recolhimento do imposto no 25º dia do mês subsequente ao das entradas de mercadorias no estabelecimento.

Diz que ficou surpreso com a notificação da autuação em 08/02/06, tendo em vista que o imposto ora exigido já havia sido recolhido nos dias 25/01/06, 30/01/06 e 06/02/06, conforme cópia dos DAES acostadas às fls. 43 a 45. Contesta que a autuante cometeu um equívoco ao exigir imposto relativo a notas fiscais cujo recolhimento já tinha sido efetuado, relativo ao mês de dezembro/05 e juntou às fls. 47 e 48, planilha de apuração do imposto do mencionado mês, para tentar provar que a cobrança é indevida.

Requer a improcedência da autuação, protesta por todos os meios de prova admitidos em direito e juntada posterior de documentos para provar suas alegações.

A informação fiscal foi prestada com base no art. 127, § 2º do RPAF/99, pelo Auditor Silvio Chiarot Souza (fls. 51 a 53), inicialmente discorre sobre as infrações, argumentos defensivos, comenta a tempestividade da defesa e diz que o contribuinte deveria juntar com os DAES apresentados todas as notas fiscais correspondentes para possibilitar a conferência do valor recolhido, o que constitui impedimento para acatar a defesa.

Afirma que os DAES juntados ao processo vêm acompanhados de uma relação de notas fiscais, com recolhimentos efetuados em 25/01/06, 30/01/06 e 06/02/06, relativo a aquisições nos meses de novembro e dezembro/05, com vencimentos respectivos em 25/12/05 e 25/01/06. Afirma que parte do recolhimento relativo às notas fiscais de novembro não estão em conformidade com o prazo de pagamento e cabe a exigência dos acréscimos moratórios previstos nos RICMS/BA.

Informa que o contribuinte foi intimado para comprovar o pagamento das antecipações parciais em 05/01/06, só atendendo a intimação em 19/01/06, conforme documento juntado à fl. 14, quando juntou a cópia de três DAES. Pondera que se os pagamentos apresentados junto com a defesa ocorreram depois de 25/01/06, não poderiam ter sido protocolados em 19/01/06 e ainda com valores diferentes, sendo informado o valor inicial de R\$7.323,91 e o juntado com a defesa de R\$9.247,58.

Afirma que o contribuinte tenta confundir os julgadores e taxar a ação fiscal de incoerente, quando a mesma foi executada de forma correta, ao confrontar os recolhimentos com as notas fiscais, foi apurada a falta de recolhimento do imposto.

Conclui dizendo que considerando o imposto pago após a ação fiscal, devem ser acatados os valores recolhidos, porém mantida a multa aplicada, tendo em vista que o autuado agiu com interesse de confundir o preposto fiscal e o julgador.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento da informação fiscal, conforme documentos juntados às fls. 131 e 132, tendo o mesmo se pronunciado às fls. 135 e 136. Inicialmente comenta que a defesa foi protocolada tempestivamente e diz que não teve intenção de ludibriar os julgadores como quis fazer entender o autuante, esclarecendo que a intimação de 19/12/05 foi atendida, não tendo apresentado os comprovantes de pagamentos naquela data em virtude de que ainda não tinha ocorrido o vencimento do ICMS antecipação parcial relativo às notas fiscais de n.ºs. 1283, 1284, 1285 e 130165, cujas mercadorias entraram no estabelecimentos nos dias 05 e 25/11/05, tendo como prazo de vencimento o dia 25/12/05.

Afirma que ocorreu divergência entre os critérios adotados pelo autuante e a empresa, visto que ele pautou-se em informações contidas no sistema de processamento de dados e o autuado tomou como base a data da entrada das mercadorias no seu estabelecimento, nos termos do art. 125, § 7º do RICMS/BA, que transcreveu à fl. 137. Argumenta que não houve atraso no recolhimento do imposto e se isso tivesse ocorrido, teria recolhido os acréscimos moratórios correspondentes.

Reconhece que lhe pode ser imputado apenas a exigência dos acréscimos moratórios relativos aos recolhimentos efetuados entre 25/01/06 e 06/02/06. Requer a improcedência da autuação.

## **VOTO**

O Auto de Infração acusa a falta de recolhimento do ICMS antecipação parcial, relativo a mercadorias adquiridas para comercialização.

O contribuinte na sua defesa apresentou comprovantes de pagamentos do imposto, o que foi contestado na informação fiscal pelo autuante, alegando que o recolhimento do imposto foi feito intempestivamente.

Da análise dos documentos acostados ao processo verifico que:

- a) As notas fiscais de n.ºs. 1283, 1284 e 1285 foram emitidas no dia 31/10/05, constando data de saída do estabelecimento no dia 05/11/05 (fls. 9, 10 e 11).
- b) A nota fiscal nº 130165 foi emitida em 24/11/05, constando data de saída do estabelecimento no dia 25/11/05 (fl. 42), tendo sido aposto carimbo de recebimento pelo destinatário em 09/12/05.

Com relação às mercadorias consignadas nas notas fiscais de n.ºs 1283, 1284 e 1285, remetidas por estabelecimento localizado no Rio de Janeiro no início do mês de novembro, é certo que tenham entrado no estabelecimento destinatário situado em Itabuna/BA no mesmo mês. Portanto, considero vencido o prazo para pagamento do imposto no dia 25/12/05 relativo àquelas mercadorias.

Relativamente às mercadorias contempladas na nota fiscal nº 130165, tendo sido remetida na última semana do mês de novembro/05, por meio de empresa transportadora, considero razoável que as mercadorias tenham entrado no estabelecimento no início do mês de dezembro/05 e vencido o prazo para pagamento do imposto em 25/01/06.

Na defesa apresentada, o autuado apresentou uma planilha às fls. 46 e 47, na qual apurou o ICMS antecipação parcial do mês de dezembro/05, relativo a mercadorias adquiridas para comercialização, tendo incluído as quatro notas fiscais acima indicadas, além de outras, totalizando R\$27.113,71 e recolheu o imposto apurado em três parcelas de R\$9.837,61, com datas respectivas de 25/01/06, 30/01/06 e 06/02/06.

Pelo exposto, em relação ao ICMS exigido relativo às mercadorias consignadas na nota fiscal de nº 130165, cujo fato gerador ocorreu no mês de dezembro/05 e o vencimento em 25/01/06. Neste caso, o imposto exigido não estava vendido na data da intimação (05/01/06). Portanto, deve ser excluído o valor correspondente da autuação.

Quanto às notas fiscais de nºs 1283, 1284 e 1285, na data em que foi intimado (05/01/06, fl. 13), o autuado já estava em atraso do recolhimento do imposto daquelas mercadorias, cujos fatos geradores ocorreram no mês de novembro/05, o que elimina a espontaneidade do recolhimento do imposto.

Sendo assim, considero procedente a ação fiscal relativo àquelas notas fiscais e retifico o prazo de vencimento para 25/12/05, tomo como base o demonstrativo elaborado pelo autuante à fl. 7 que consolido no demonstrativo abaixo, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

Nota Fiscal	Data Ocorr	Data Vcto	Base de Cálculo	Aliq %	Ant. Parcial	Crédito	ICMS devido
1283/84/85	30/11/05	25/12/05	20.606,06	17,00	5.955,12	2.452,09	3.503,03

Quanto ao recolhimento em atraso das parcelas de R\$9.837,61 em 30/01/06 e 06/02/06, não tendo sido objeto da autuação, recomendo a autoridade fazendária para mandar renovar a ação fiscal no sentido de efetuar a cobrança dos juros e acréscimos moratórios correspondentes.

Por tudo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 269439.0113/06-6 lavrado contra **UNIVERSO DOS COSMÉTICOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.503,03**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “d”, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de fevereiro de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR